**17. CONCLUSÃO PARCIAL DE UNIDADES AUTÔNOMAS (COM PRÉVIA INCORPORAÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI nº 14.382, de 27-06-2022)**

Ilustríssimo Senhor Oficial do Registro de Imóveis

**REQUERENTE(S):**

Nome (sem abreviatura):

CPF:

RG:

Órgão Exp.:

Data de nascimento:

Nacionalidade:

Profissão:

Filiação(pais):

Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Separado ( ) Divorciado ( ) Viúvo

União estável? ( ) sim ( ) não ( ) com contrato/Escritura Pública ( ) sem contrato formal

Regime bens: ( ) Comunhão parcial ( ) Comunhão universal ( ) Separação total ( ) outro

Endereço Residencial (rua, número, bairro, cidade, UF, CEP):

E-mail:

Telefone:

**REQUER(EM)** a Vossa Senhoria, de acordo com a legislação em vigor, proceda nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei nº 4.591/64 e art. 1.332 NvCC, a averbação da conclusão das edificações resultantes dos HABITE-SE’s parciais das UNIDADES AUTÔNOMAS nºs \_\_\_\_\_\_e\_\_\_\_\_\_\_\_, matriculadas sob n°s \_\_\_\_\_\_\_\_e\_\_\_\_\_\_\_\_ no Lº 2-RG, o registro da anexa convenção de condomínio no L° 3-RAUX. e respectivas averbações nas matrículas das unidades autônomas, bem como a averbação da conclusão das edificações nas matrículas correspondentes, cuja incorporação foi registrada no R-……..-………… do Lº 2-RG.

Declaram os incorporadores e o responsável técnico, sob as penas da lei, nos termos do § 2º do art. 787 CNNR-CGJ-RS, que não houve alterações nas especificações da obra e na individualização das unidades autônomas, constantes no memorial de incorporação, confirmando, destarte, a manutenção de todas as especificações já registradas.

Valor da UNIDADE AUTÔNOMA nº\_\_\_\_\_\_\_\_: R$ (deve ser o mesmo valo que constou nos quadros da NBR apresentados para o registro da incorporação); e

Valor da UNIDADE AUTÔNOMA nº\_\_\_\_\_\_\_\_: R$ (deve ser o mesmo valor que constou nos quadros da NBR apresentados para o registro da incorporação).

[OUTROS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES]

Declaro, para os devidos fins, sob as penas da lei, que:

( ) SOU Pessoa Exposta Politicamente (PEP), familiar de PEP ou estreito colaborador de PEP, nos termos da Resolução nº 40/2021 do Coaf.

( ) NÃO SOU Pessoa Exposta Politicamente (PEP), familiar de PEP ou estreito colaborador de PEP, nos termos da Resolução nº 40/2021 do Coaf.

( ) Prefiro não fornecer as informações solicitadas ou omitidas no presente formulário, exigidas pelo Provimento 88/2019-CNJ, ficando ciente das implicações que poderão resultar.

Nestes termos,

pede deferimento.

[CIDADE – UF], [DATA ex: 1 de janeiro de 2010]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura(s) do(s) requerente(s) e Responsável técnico

ATENÇÃO: Reconhecer firma dos subscritores (art. 221, II, Lei 6015/73).

As cópias reprográficas devem ser autenticadas.

Comprovar a legitimidade do(a) representante do(a) requerente.

Se pessoa jurídica a requerente indicar sua denominação completa, o CNPJ e a sede, bem como por quem é representada.

**\* Informações pessoais são exigidas de acordo com o Prov. nº 61 de 17/10/2017, do Conselho Nacional de Justiça, e serão processadas nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14/08/2018).**